

HISTORIOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL ENTRE 1942 A 1961: ALGUNS APONTAMENTOS.

Andrew Vinícius Cristaldo da Silva ¹

RESUMO

O presente artigo, recorte do projeto de tese de doutorado, aborda sobre o ensino secundário no Brasil entre 1942 a 1961. Este período é marcado pela Reforma Capanema, momento em que o país se encontrava sob a égide do regime autoritarista de Getúlio Vargas. Neste período o ensino ficou composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a se preocupar mais com a formação geral. Apesar dessa divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial. A análise começa em um período no qual o Brasil se encontrava sob a influência do Estado Novo (1937-1945) e se estende até o período pré Ditadura Militar. O objetivo da produção científica é analisar e compreender quais foram as principais mudanças ocorridas na educação brasileira no período de 1942-1961, bem os avanços gerados e quais foram os benefícios destinados à classe menos favorecida da República. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica de caráter descritivo e exploratório.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ditadura. Ensino Secundário. Reforma.

1 INTRODUÇÃO

Em 1939 eclodiu a Segunda Guerra Mundial e se estendeu até o ano de 1945. No Brasil desde 1937 havia sido instaurada uma ditadura aos moldes dos nazi-fascismo. Desde o ano de 1930 Getúlio governava o Brasil, prometendo uma Nova Constituição, fato que ocorreu em 1934 e esta foi suplantada pela de 1937, de cunho ditatorial.

Sob a influência dos Estados Unidos Vargas implantara no país o nacional desenvolvimentismo cujo lema era desenvolver o Brasil de modo a permitir que grandes empresas criassem o desejo de investir em solo brasileiro. Era preciso que o país se desenvolvesse e criasse mão-de-obra capaz de atender à emergente indústria que agora se desenvolvia no Brasil.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – andrew.biologia@yahoo.com.br



É relevante destacar que a partir do governo Vargas o Brasil sofre um êxodo rural, em pouco tempo as pessoas optarão em viver na cidade ao invés do campo e como consequência disso era necessário atender a população com educação.

A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai), em 1942, está entre tais iniciativas.

Ao final do Império, o ensino secundário brasileiro, encontrava-se precário e desorganizado (HAIDAR, 1972). Uma pequena minoria tinha acesso ao ensino secundário, onde o objetivo desde sua criação era formar os filhos da elite brasileira, que, de acordo com Souza (2008, p.89) eram os jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes e da incipiente classe média urbana, para ingressar no ensino superior, (que também era para poucos) e ocupar cargos de destaque na sociedade.

No caso do ensino primário, a política que talvez melhor exprima o tom daquele governo tenha sido a nacionalização do ensino, ou seja, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino. A educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério da Educação por 11 anos, de 1934 a 1945.

Em 1951 Vargas retorna ao poder através do voto e o desenvolvimento precisava ser fomentado no país a qualquer custo. Era política de Estado e o Estado necessitava de mão-de-obra técnica capaz de operar máquinas.

O recorte temporal dos anos de 1942 a 1961, para esse texto, envolve momentos relevantes na política educacional brasileira. A regulamentação do ensino foi executada a partir de 1942, com a Reforma Capanema, denominado de Leis Orgânicas do Ensino, ocasionando mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. Já o ano de 1961 marca o período de regulamentação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº 4.024/61, ocorrendo mudanças na organização do ensino no Brasil, trazendo reformulações ao ensino secundário brasileiro. Com isso, a Reforma Capanema e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 4.024/61 reconfiguraram o Ensino Secundário no Brasil.

2. Segundo governo Vargas: 1951-1954

Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O



número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Este número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52% (PESSANHA, 2014).

Educação continuava sendo, portanto, um grande problema no início da década de 1950, conhecida na história brasileira como a década do desenvolvimentismo. A aura desenvolvimentista expunha com mais nitidez a precariedade educacional dos brasileiros. O segundo governo Vargas, conhecido pelo impulso nacionalista ao desenvolvimento, ficou devendo muito, se o que estiver em pauta for educação. E quase não se fala de educação nesse período. São tão silenciosas as fontes que, se quiséssemos, poderíamos resumir estas notas à criação de institutos e instituições de administração superior que, de fato, impulsionaram o projeto institucional do país (BOMENY, 2011).

Ainda durante o segundo governo, outra medida provocou impacto sobre a política educacional do país. O ministério que cuidava simultaneamente da educação e da saúde foi desmembrado em 1953. Até a separação dos dois ministérios, Ernesto Simões Filho respondeu pelos assuntos da educação e saúde (31/1/1951 a 25/6/1953). A partir de então, Antônio Balbino assumiu o Ministério da Educação e Cultura e, interinamente, o Ministério da Saúde, até entregá-lo ao primeiro titular da pasta, Miguel Couto Filho, em dezembro de 1953. Edgar Santos foi o último ministro da Educação do segundo governo (6/7/1954 a 24/8/1954) (BERNARDES, 2010).

Uma razão de ordem política pesou, certamente, para que a educação tenha ocupado lugar tão acanhado no segundo governo Vargas, contrariando a ênfase publicamente admitida no primeiro (SCACHETTI, 2013).

Durante o governo Dutra (1946-1951), os princípios democratizadores da educação presentes na Carta de 1946 inspiraram no então ministro da Educação, Clemente Mariani, o estudo e a proposta de um projeto geral para a educação nacional, que foi feito por uma comissão de educadores constituída para este fim (BRAGHINI, 2005)

Em 1948 o projeto foi apresentado ao Congresso, onde ocupava uma cadeira o ex-ministro Capanema, eleito deputado federal pela primeira vez em 1945 na legenda Partido Social Democrático (PSD), um dos sustentáculos do governo. A presença de Capanema no Congresso inibia as discussões a respeito da reforma educativa que havia promovido durante sua gestão no ministério (TEIXEIRA, 2018).

As dificuldades se acentuaram no segundo governo Vargas, quando Capanema, que graças ao convívio muito próximo do poder durante todo o Estado Novo mantinha bom



relacionamento com o presidente, foi indicado líder da maioria na Câmara. Sua condição de líder, mais do que estimuladora de avanços no processo de aperfeiçoamento da política educacional, foi um fator intimidador de iniciativas parlamentares (FERREIRA, 2017).

O ministro da Educação em 1953, Antônio Balbino, era uma liderança ainda não consolidada no quadro político nacional e dificilmente contrariaria o ex-ministro. O resultado final de todas essas dificuldades foi que a Lei 4.024 – a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – só foi votada em dezembro de 1961, reconfigurando a educação no Brasil (XAVIER, 2001).

3 A Educação no governo de Juscelino Kubitschek

O governo de Juscelino Kubitschek ficou consagrado na memória política brasileira como um governo democrático, empenhado em levar o desenvolvimento a todo o território nacional. Pois é intrigante que um governo com esses compromissos – democracia e desenvolvimento - tenha desenhado um grandioso Plano de Metas em que a educação ocupava um lugar tão subalterno (CAMILO, 2018).

Para Ferreira (2017) o setor de educação foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta. Formação de pessoal técnico era a meta 30, que prescrevia a orientação da educação para o desenvolvimento e não falava em ensino básico (FERREIRA, 2017).

Juscelino teve um único ministro da Educação, Clóvis Salgado. Nesse campo, seu governo passou à história como aquele que criou a Universidade de Brasília – ou ao menos apresentou ao Congresso a proposta de sua criação – e estimulou a formação de cursos superiores voltados para a administração. Havia justificativas para essa escolha (BRAGHINI, 2005).

Em termos mais gerais, acreditava-se que, com uma elite bem preparada, o país se beneficiaria e poderia estender progressivamente a educação ao conjunto da população. De um ponto de vista mais específico, a implementação de um programa de desenvolvimento implicaria a racionalização e a modernização administrativas do país, o que exigia uma formação especializada (CAMILO, 2018).

Fernando de Azevedo, redator do primeiro texto, redigiu também o de 1959, que foi assinado por 189 pessoas ilustres, entre as quais Anísio Teixeira, igualmente signatário do primeiro (SCACHETTI, 2013).



Após um intervalo de 25 anos, reavivava-se a plataforma de um grupo que ficara conhecido como os Pioneiros da Escola Nova. Sua bandeira, desde os anos 30, consistia na defesa, como direito dos cidadãos e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita. Ou seja, de uma educação garantida pelo Estado para todos os que estivessem em idade de freqüentar a escola; da obrigatoriedade da matrícula sob pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, finalmente, da gratuidade da educação, para que todos, indiscriminadamente, tivessem acesso a ela (PESSANHA, 2014).

No Brasil da década de 1930, a educação apresentava um quadro crítico do ponto de vista do acesso e da permanência das crianças na escola. Era precária a oferta de ensino público à população em idade escolar (SCACHETTI, 2013).

O Censo de 1940 deixou isso mais que claro, ao revelar que a taxa de analfabetismo do país batia em 56,17% da população com idade superior a 15 anos. No final do governo JK, em 1960, registrava-se uma percentagem de 39,35% de analfabetos entre essa mesma faixa populacional. Se se considerar que, no final do século XIX, os países industrializados tinham alcançado a universalização da educação, ou seja, tinham vencido a barreira do analfabetismo, é forçoso admitir que, na segunda metade do século XX, uma taxa de aproximadamente 40% de analfabetos entre a população adulta de um país que falava em modernização e desenvolvimento era alarmante (BOMENY, 2011).

O manifesto de 1959 foi divulgado em meio a um debate sobre o ensino básico que não era novo, mas se tornou mais intenso por uma série de razões. Além de se estar vivendo uma situação crítica, era preciso definir o papel do Estado diante da educação (XAVIER, 2001).

A Constituição de 1946 previa a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e por isso mesmo, em 1948, o então ministro da Educação, Clemente Mariani, apresentara um projeto de lei ao Congresso. A lei alteraria regulamentações estabelecidas por Gustavo Capanema, que, após uma longa gestão no Ministério da Educação, de 1934 a 1945, fora eleito deputado federal, dando início ao que seria uma longa carreira parlamentar. A presença de Capanema no Congresso impediu o prosseguimento das discussões, razão pela qual mais de uma década se estenderia desde a apresentação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases ao Legislativo até sua aprovação (FERREIRA, 2017).

No final dos anos 50, quando o debate se reacendeu, de um lado estavam os educadores comprometidos com os ideais da Escola Nova, fortalecidos pela presença ativa e militante de Darci Ribeiro, e de outro, os defensores da rede privada de ensino, que achavam que as famílias deviam ser livres para escolher que tipo de ensino queriam para seus filhos, e que tinham no então deputado Carlos Lacerda seu porta-voz (PESSANHA, 2014)



Naqueles anos de árdua luta pela escola pública, o educador Anísio Teixeira acabou sendo perseguido pelos bispos católicos, que em 1958 lançaram um memorial acusando-o de extremista e solicitando ao governo federal sua demissão da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Esse episódio gerou o protesto de 529 educadores, cientistas e professores de todo o país que, num abaixo-assinado, se solidarizaram com Anísio Teixeira, evitando que fosse demitido (BOMENY, 2011).

Os "escola-novistas" acabariam por ver suas teses derrotadas ao ser aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, já no governo João Goulart (BERNARDES, 2010).

O artigo 95 da Lei 4.024 previa que a União dispensaria sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de subvenção e financiamento a estabelecimentos mantidos pelos estados, municípios e particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares, instalações e equipamentos (XAVIER, 2001).

O país, na época, não tinha recursos para estender a rede oficial de ensino, que marginalizava quase 50% da população em idade escolar. Deliberou-se pela expansão da rede privada, mas a extensão dos benefícios da educação não alcançou o conjunto da população mais carente (BOMENY, 2011).

4 O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL

Nos anos 1950 e 1960, a política se caracterizou pelo populismo, com presidentes como o próprio Vargas, eleito para o período de 1951 a 1954, e Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961. Surgiram aí movimentos de Educação popular, com iniciativas que até hoje estão vivas, como as propostas de Paulo Freire (1921-1997). As primeiras experiências do educador ocorreram em 1962, em Angicos, a 171 quilômetros de Natal, quando 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 dias. Freire considerava as cartilhas incapazes de atender às necessidades dos alunos. Para ele, na sociedade de classes, os privilégios de uns impedem a maioria de usufruir de certos bens, como a Educação, que deveria instigar a reflexão sobre a própria condição social (FERREIRA, 2017).

Esse período também foi fértil em manifestações culturais como o cinema novo e a bossa nova. Foram anos recheados de boas ideias, mas nas salas de aula não houve grandes avanços. E, em 1964, iniciativas como as de Freire esmoreceram totalmente com o golpe militar (CAMILO, 2018).



Em meio às mudanças históricas dos anos 1950, a legislação educacional funcionava por meio de um emaranhado de portarias e circulares, como se formasse um universo fragmentado de leis, adaptado e modificado às conveniências, às exigências, às mudanças da própria estrutura sociocultural brasileira (BERNARDES, 2010).

Ao longo da década de 1950, foram travadas grandes discussões sobre os caminhos educacionais do país, e conseqüentemente, dos valores da Educação para com estes caminhos. Mesmo assim, era a Lei Orgânica⁶ que agia como ponto norteador da Educação nesse mesmo período, mantendo ainda o caráter de elite da educação secundária, e que esse fato teria sido “amenizado” diante da lei de *Equivalência*, quando esta abriu a possibilidade para os alunos dos outros ramos do ensino médio, além do secundário, pudessem adentrar as faculdades (PESSANHA, 2014).

Segundo Xavier

As mudanças introduzidas nos anos 1950 nos meios de comunicação e na industrial e a conseqüente generalização do modelo urbano de vida, com as ilusões de progresso e com suas mazelas, ampliaram as expectativas de ascensão social pela educação. A formação de uma população marginal nas grandes cidades e a necessidade de sua integração à sociedade urbana e industrial imprimia à educação escolar não só o atributo de direito a todos, mas, sobretudo, o de necessidade de todos (XAVIER, 2001, p. 72).

O ensino secundário do período encerrava características próprias, que o diferenciavam do ensino elementar, posto que ele repousava no espírito da seletividade, mantendo um caráter elitista, preparatório para a universidade, “pedra angular do sistema escolar brasileiro”, um nível de ensino que encerrava em si o que havia de mais significativo em termos de seletividade (BERNARDES, 2010).

Existia uma inadequação entre as demandas do período e currículo oficial (ainda regularizado pela Lei Orgânica). Segundo a autora, a inserção da racionalidade nos procedimentos educacionais fez a legislação do ministro Gustavo Capanema transformar-se, aos poucos, numa diretriz ultrapassada. Seu questionamento girava em torno da seguinte pergunta: como fazer funcionar, no cotidiano das escolas, uma educação que atendesse aos reclamos do país? (BRAGHINI, 2005).

O país tinha se modificado e, no entanto, a lei educacional continuava a mesma. O Brasil dispunha de uma legislação que bloqueava os caminhos para a Universidade, que se delimitava por estamentos, não funcionava adequadamente à estrutura social dos anos 1950 (XAVIER, 2001).



Primeiro porque, havia um “descompasso” entre os movimentos históricos nos anos 1950 e a Lei Orgânica, registro legal de uma ideologia histórica anterior ao período. Depois, porque o caráter excludente deste nível de ensino, apontada pelos dados estatísticos da época, não parecia viável num período em que se pensava a “democratização” do ensino (BOMENY, 2011).

A partir de 1942, gerações de jovens brasileiros foram retidos ou evadiram da escola, retardando o processo de escolarização. Segundo ele, apenas 20% dos estudantes que ingressavam no ensino secundário terminavam os seus estudos sem passar por uma retenção ou um abandono da escola. Para ele, esse índice apresentava o “desajuste” entre o que era exigido na escola secundária e o despreparo das classes populares que adentravam esse ramo de ensino (FERREIRA, 2017).

O modelo excludente do ensino médio não acontecia somente pelo currículo ou pelo papel do ensino, mas que o caráter excludente estava inserido no próprio funcionamento da sociedade (BERNARDES, 2010).

Os estudos sobre o ensino secundário tendem a recair na perspectiva das potencialidades da industrialização e seu impacto sobre o subdesenvolvimento e, por essa perspectiva, são incapazes de olhar sob o ponto de vista dos excluídos (BRAGHINI, 2005).

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma revisão de literatura de caráter descritivo e exploratório.

Segundo Sousa, et al., (2010) a pesquisa quantitativa adota estratégia sistemática com vias de gerar e refinar o conhecimento quantificando relações entre variáveis. A adoção desse modelo quantitativo tem como objetivo compreender qual o cenário da educação brasileira nas décadas de 1940 a 1960.

Já a revisão bibliográfica é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Determinando o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto. (SOUZA, et al., 2010).

Foram elencadas e analisadas as publicações acerca do tema, a fim de compreender como se estruturou o ensino secundário no Brasil no período de 1942-1961. A seleção das literaturas foi restrita a trabalhos realizados no Brasil, por tratar da Política Nacional de Educação.

6 CONCLUSÃO

Ao analisarmos a educação no Brasil no período de 1942 a 1960 compreendemos claramente que embora ocorressem mudanças, reformas e aprovação de leis com o objetivo de permitir a universalidade do conhecimento, na prática não foi bem isso que aconteceu.

Somente muito recentemente o acesso ao ensino médio no Brasil passou a ser mais acessível à uma parcela mais ampla da população brasileira. Sabemos que ainda precisa ser feito muito no que concerne à garantia de direitos básicos, dentre eles a educação.

Nas décadas de 1940 a 1960 prevaleceu a tecnicidade dentro das escolas, isto é, alunos eram formados com o objetivo claro de atender à uma necessidade de mão-de-obra da nascente indústria brasileira, prova cabal disso foi a criação do SENAI.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Rodolfo Calil. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino.** Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10787/1/Rodolfo%20Calil%20Bernardes.pdf>> Acesso em 14 de Jul. 2020.

BOMENY, Helena. **A educação no segundo governo Vargas.** Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>> Acesso em 11 de jul. 2020.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino.** Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10277/1/KatyaBraghini.pdf>.>

CAMILO, Camila. **O ensino secundário no Brasil: 1940 a 1960.** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3434/era-vargas-profusao-de-ideias>> Acesso em 13 de Jul. 2020.

FERREIRA, Karina Martins. **A Educação Secundária no Brasil.** Disponível em: <<https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/750>> Acesso em 12 de Jul. 2020.

Haidar, M. L. M. **O Ensino Secundário no Império brasileiro.** São Paulo: Ed.Grijalbo, 1972.

PESSANHA, Eurize Caldas. **História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes.** Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6178618.pdf>.> Acesso em 15 de Jul. 2020.

SCACHETTI, Ana Ligia. **História da Educação no Brasil.** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1910/serie-especial-historia-da-educacao-no-brasil>> Acesso em 13 de Jul. 2020.



SOUZA, José Clécio Silva e. **História da Educação no Brasil**. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-histria-da-educacao-no-brasil>> Acesso em 15 de Jul. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX (**ensino primário e secundário no Brasil**). São Paulo, SP: Cortez, 2008. 320P. (Coleção: Biblioteca Básica de História da Educação Brasileira, v. 2).

TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. **Um breve histórico da educação brasileira — sob o signo da precariedade**. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/download/417/352>>. Acesso em 12 de Jul. 2020.